

MOBRAL

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - DECOM

EDUCAÇÃO RURAL UMA PROPOSTA IMPOSSÍVEL? UM MITO?

Autor: MARIA JULIETA COSTA CALAZANS

Rio de Janeiro, setembro de 1979

MOBRAL — SEDOC

Setor de Documentação

Registro n.º 2202 F

Origem doação

Preço Cr\$ 100,00

Data 11/04/83 19 83

RUBRICA

1. "EDUCAÇÃO RURAL" é a palavra que evoca a perplexidade diante do desafio vivido em várias décadas, por gerações e gerações. Seria a Educação Rural impossível? Seria um MITO?

As populações se sucedem, as instituições se "modernizam", as equipes se ampliam, os equipamentos de ensino se aprimoram, as distâncias são reduzidas, os relatórios aumentam de volume, NOVOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO RURAL surgem, melhorando o velho. O novo substitue o velho, usando o mesmo espaço físico e social, aplicando propostas não explícitas às populações passivas diante dos discursos que às vezes variam apenas de tom. O novo é um bem de domínio desconhecido, de posse impossível, de uso efêmero. O novo pode destruir a força das origens, mesmo que não venha carregado desta intenção.

O homem rural se atordoa diante das "motivações"; insinua ter consciência de seus valores; sugere uma linguagem, que exprimiria a sua educação; esforça-se por indicar os limites e peculiaridades de suas possibilidades. Como acrescentar ao seu universo de "conhecimento", preservando os valores do mundo onde foi "criado", a avalanche de "saberes" que lhe é trazido de fora, sem a "marca registrada" da origem, sem o endereço do futuro? Como rejeitar a "ajuda"? Como assumir os saberes novos sem perder o conhecimento que não é somente seu, pois incorpora vidas de muitas gerações?

O tempo vai desbotando o seu chão. Suas utopias são substituídas por "propostas concretas"; "promover" o desenvol-

vimento das áreas rurais<sup>1</sup>, "tornar-se participante na comunidade", "integrar a população do seu meio, ajudando-a a desenvolver-se". Programas de educação, em nome do progresso se instalam, se desenvolvem, desaparecem.

O fenômeno sugere discutir a partir das propostas dos programas, não apenas de suas conseqüências. Discutir, sobretudo, os conceitos de "participação", de "motivação", de "desenvolvimento", etc. De onde foram trazidos? Com que energia eles são abastecidos? Em que medida têm contribuído para o esmaçamento dos valores, da criatividade, da "força da gente"; gente que os programas tinham como meta "educar".

Onde estariam as causas da apatia, do desalento que as mensagens de educação deixaram nas populações, à semelhança das torrentes de água que arrastam a riqueza da terra deixando-a nua e improdutivo.

Questões como estas, sugerem conhecer mais detidamente os programas de Educação Rural implantados no Brasil - PROGRESSO, INSUCESSOS, etc.

Há algumas décadas os programas de educação rural oferecem formas alternativas no processo de "educar", definindo-se sempre por uma busca de ajustamento do ritmo do desenvolvimento rural ao desenvolvimento global; procurando ter presente que as metas, estratégias e todos os componentes do programa dever emergir da realidade mesma, gerando seu desenvolvimento.

<sup>1</sup> "Áreas rurais" expressão aqui tomada no sentido mais aproximado da identificação que o povo sabe fazer pela observação dos contornos geográficos, ou por critérios demográficos, econômicos, culturais, etc. "Comunidade é um conceito que de forma alguma é usado de modo claro e inequívoco na literatura sociológica. Como observa Kotter, ele é tanto um instrumento metodológico para pesquisa como o objeto de investigação. De fato, a pesquisa de comunidade é o tipo mais comum de pesquisa sociológica da vida rural, dos países subdesenvolvidos". Ver STAVENHAGEM, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos.

As perspectivas são explícitas e delineadas, os pressupostos para a ação emergem de um corpo de idéias. Diretrizes são traçadas, são testadas metodologias, cujos fundamentos parecem claros e a até convincentes. As propostas, via de regra, são apresentadas em linguagem motivadora e incisiva. É de lamentar que em grande parte, repitam os mesmos propósitos, já definidos para projetos anteriores, cujo resultado não se conhece.

A síntese, a seguir, reúne pontos que constituem escopos das idéias básicas de grande parte dos programas de educação para o desenvolvimento rural. Preservamos intencionalmente a linguagem formal e o modo esquemático dos roteiros oficiais e oficiais das apresentações.

2. Para a intervenção gradativa na comunidade, embora as indicações possam ser sugeridas de fora, estão sempre a descoberto as linhas básicas que somente a partir da iniciativa das populações virão a ser construídas. Os problemas através dos quais a ação se exerce são contrados nos aspectos: de informação, de escassez de materiais, organizacionais, de gestão administrativa e financeira, de programação, de recursos humanos, de estratégias educativas e de difusão cultural, de avaliação, de acompanhamento das ações realizadas e de coordenação.

Com base neste quadro referencial, (no todo ou em parte) a educação é planejada para as "comunidades rurais" e supostamente os projetos são selecionados e maturados para uma operacionalização gradativa.

A) Os problemas organizacionais, de informação e de gestão administrativa são do âmbito de gestão do sistema, com repercussões na realidade onde o mesmo se situa.

A "modernização" deveria ser configurada principalmente através de estruturas organizacionais e gerenciais, compatíveis com as atividades dos órgãos executantes. Trata-se, assim, de "modernização na divisão de tarefas", na "hierarquização entre os setores" e nos "processos de tomada de decisão". Exige-se que os "recursos humanos sejam capacitados", "para que venham a trabalhar mais eficientemente. Procurar-se-á simplificar o sistema buscando substituir as tradicionais determinações de tarefas e competências por outras, onde se atribuam responsabilidades na forma de projetos a realizar dentro das especificações de prazo e qualidade. Em relação ao sistema de informações, devem ser criados canais flexíveis, modernizando os instrumentos de decisão, planejamento e controle.

B) Os problemas de programação na intervenção educativa e cultural da comunidade rural devem "partir da ótica da realidade", como meio de identificar formas de participação da população. A programação é uma proposta co-participação pelas instituições que integram as linhas de atuação dos programas identificados no planejamento. A arrancada para o progresso operativo depende de aceleração das potencialidades internas da comunidade, em busca das mudanças necessárias a seu crescimento. Na programação evidenciam-se os aspectos vulneráveis desta estratégia inovadora: por em marcha um processo educativo, onde interagem organizações com tão elevado grau de disparidade: a) de um lado, a escola, com sua rigidez e resistência às inovações; e b) as demais iniciativas de educação e cultura, com graus de flexibilidade e comportamento em níveis que podem em alguns casos, chegar a ser antagônicos.

A dificuldade neste ponto não está na aplicação das técnicas de programação - elas existem e podem ser selecionadas atendendo as alternativas da ação. O que deveria definir o processo seria:

a) identificação das informações técnicas adequadas em quantidade e qualidade;

b) compreensão de que as atitudes, os valores e as relações frente às mudanças são tão importantes como os recursos materiais; e conseqüentemente, saber utilizar tais valores, sustentando o seu crescimento de dentro para fora, buscando a identificação do "potencial da comunidade";

c) definição do papel dos agentes mobilizadores, como intermediários que são, no processo de mudança.

O escalonamento de problemas a serem atacados "nasce da realidade", carecendo portanto serem articulados às prioridades do planejamento. Na estratégia de lançamento e institucionalização da proposta em cada região-programa, os problemas de programação são definidos a partir dos tipos de áreas onde são implantados: a) áreas de intensificação de programas do setor público; b) áreas de investimentos maciços do setor privado; c) e, sobretudo, áreas de projetos integrados para o desenvolvimento rural. Em cada caso as prioridades devem estar voltadas para as necessidades das populações "mais comprometidas com o desenvolvimento".

C) Os problemas de recursos humanos comportam no mínimo duas ordens de considerações: a) problemas de pessoal; b) problemas de formação.

É fator vital, em qualquer sistema, o dimensionamento quantitativo e qualificativo, ritmo e tendências de crescimento dos recursos humanos. Incumbe ao órgão de recursos humanos uma tarefa bastante complexa: montar mecanismos de recrutamento, seleção, enquadramento e formação do pessoal para o sistema. Especialmente complexa quando estes recursos humanos são destinados ao exercício profissional do ensino (professores, orientadores, coordenadores), além de pessoal de decisão, assessoramento e execução (supervisores, de administração e outros) do sistema educativo e cultural. Nos programas a nível regional, estes problemas se refletem geralmente em toda a intensidade, modificando-se, obviamente, a extensão e volume em que os res-

nos são colocados. Os problemas de formação devem ter a nível micro a mesma importância que é dada a nível macro, ou seja, a formação deve atingir: i) administradores do sistema; ii) professores (todos os níveis); iii) supervisores; iv) orientadores educacionais; v) pessoal técnico (planejadores, pesquisadores, outros); vi) e o pessoal de apoio. Constituem-se problemas mais graves o fato de as esferas decisórias terem que enfrentar de um lado as necessidades de formação e de outro as dificuldades de liberar as pessoas que devem ser formados nos encargos do dia-a-dia.

Acrescente-se à tarefa da formação do pessoal para o sistema, a mobilização que deve ser feita para iniciar e manter a ação na comunidade. Este aspecto é, na verdade, a "espinha dorsal de todo o processo de intervenção na "comunidade". A realidade indicará como deverá ser atacado, em cada projeto. Atente-se porém, que, estrategicamente, conhecer, catalizar as atitudes da "comunidade" e proporcionar o crescimento dos indivíduos é parte das mais preponderantes no processo do desenvolvimento, sobretudo em se tratando de populações rurais.

#### D) Problemas de estratégias educativas e de difusão cultural.

Os problemas que se colocam ao se defrontarem, dentro de um mesmo programa, métodos de ensino e supletivo, e outros métodos do processo educativo e cultural na órbita da educação não formal, já bastariam para suscitar questionamentos como estes:

- a) que prioridades, na pesquisa e de que assuntos?
- b) que elementos intervêm na transmissão de conhecimentos num programa de desenvolvimento rural.
- c) que tipo de relações devem ser estabelecidas entre os participantes de um programa, cujos objetivos tocam tão de perto a vida das populações?
- d) que atitudes devem conduzir professores e alunos, animadores e outros integrantes do programa?

Sem dúvida, a função social da educação poderá ser o parâmetro para disciplinar o objeto desta ação e definir as formas e métodos mais indicativos para cada programa, em cada realidade. Enraizadas no cultural, no econômico, no social, no político, as causas, e conseqüentemente, as soluções no campo das inovações pedagógicas estão constantemente em renovação e experimentação. Experiências de outros países, já testadas e avaliadas, podem inspirar a busca de novas metodologias, novas técnicas e novas estratégias.

#### E) Problemas de Avaliação

No processo educativo da comunidade, a "avaliação" supõe técnicas que permitam garantir sua eficácia e exercitar uma contínua autocrítica. A avaliação deve possibilitar, medir quantitativamente e analisar qualitativamente os aspectos sócio-econômicos, administrativos e pedagógicos da ação. A partir da avaliação deveria ser assegurado a continuidade do processo enriquecido de alternativas para: a) deflagar novas atividades; b) corrigir o que foi feito, propondo-se inovações; c) ajustar os resultados obtidos aos objetivos, introduzido equilíbrio, para que os produtos possam corresponder às metas traçadas.

A avaliação aplicada às fases, tanto de programação quanto de execução, pode assegurar a continuidade do processo, capitalizar os resultados, tornando-se um "realimentador permanente".

#### F) Problemas de Coordenação

A ação na comunidade teria na coordenação a mais complexa de suas tarefas. Para que a coordenação possa se exercer em todos os ângulos do programa, se faz necessário definir níveis: a) nos grupos de indivíduos; b) na realidade, como todo. Surge aqui o grande problema da "autonomia" dos "gestores" do programa. Sobretudo, quando se pretende integrar a ação formal do processo educativo às intervenções não formais que se desenvol-

vem sugerindo exigências explícitas para uma segura e eficaz coordenação. Conseqüentemente: as indicações metodológicas, formuladas nas propostas de educação rural, indicam, antes de tudo, que as mesmas sejam dimensionadas a partir das "necessidades e potencialidades de cada área" onde o processo for exercido.

Deve-se ainda registrar algumas observações quanto a arbitrariedade que vigora na definição dos contextos onde os programas vão se estabelecer.

Em muitos programas nota-se que as "comunidades tipos" e os "estágios de desenvolvimento" identificados não passam na maioria das regiões, de uma criação das políticas de governo. Alguns estudos indicam que ao se planejar o "progresso rural" esta-belecem-se divisões (quase sempre arbitrárias) cujos marcos básicos são indicados a seguir:

a) Áreas onde devem predominar economia de mercado e políticas de incentivos para o setor agropecuário. Desenvolvam atividades educativas incluindo metas seletivas: educação superior, pesquisas em ciências e tecnologia, treinamento em nível de pós-graduação; atinge grandes proprietários e produtores "melhores situados".

b) Áreas destinadas a programas de colonização e empreendimentos no gênero, vinculados à políticas governamentais (incorporação de novas terras, por exemplo). Geram demanda de alfabetização, de ajuda técnica, de capacitação para formas de manejo e uso do solo, adaptação a novos ambientes, representando um desafio à educação.

c) Áreas indicadas para programas que deveriam se destinar aos "camponeses" e aos que trabalham em "regime de parceria", "população rural de baixa renda", valendo-se ainda de processos tradicionais. O investimento educativo neste caso deve ser significativo para que se venha a obter resultados. Faz-se necessário, certamente, que as ações estejam ao alcance da clientela, adequadas à tecnologia que ela utiliza e às suas condi-

ções de trabalho. A ação para capacitar e acelerar o aprendizado desses "camponeses" deveria ser diversificada, em níveis e conteúdos, tendo normalmente caráter intensivo.

Uma das maiores dificuldades nas "sociedades em mudança" é assegurar o grau de quantidade e de qualidade da "dosagem de educação a ser transmitida". Este problema se agrava quando se pretende introduzir inovações no processo educativo e cultural: a) para dentro, pretendendo modificar a escola, instituição das mais sólidas em suas raízes tradicionais; e b) para fora, atingindo as populações que estejam em áreas-programas buscando a efetiva participação das mesmas. Este é um destaque fundamental para que o trabalho capitalize o conhecimento da realidade, no estágio de crescimento onde ela se encontra, e a relação deste crescimento com os valores sócio-econômicos e culturais.

Os itens delineados representam, acreditamos, ainda que de forma precária, o estilo, a linguagem usual, com que os programas que pretendem levar as populações rurais a "conquista do seu desenvolvimento" formulam suas propostas.

3. O Estudo retrospectivo da Educação Rural no Brasil pretende levantar, reunir e analisar estas propostas atentando para identificar o que se comunica em termos de teorias, de técnicas, de "saberes" experimentados.

Numa primeira fase já estão mapeados parte relevante dos programas de responsabilidade do setor público (dos anos 30 aos nossos dias). Inicia-se no momento com o tratamento das informações de "iniciativas" do setor particular. Posteriormente produzir-se-ão as análises dos programas identificados.

A simples leitura da documentação sugere questões nem sempre explícitas nos textos:

- a) Como reagem as populações rurais, face a estes "discursos" ou "roteiros de programas"?

b) Participação é uma resposta, uma adesão, um ato político?

c) As populações rurais disseram sim à organização de grupos de reflexão e de ação comunitária? Elas conhecem, como historicamente, esses grupos se inserem na realidade?

d) Educação tem sido um meio para discussão de problemas que atingem o social e o econômico?

Certamente, as raízes dessas questões estão vinculadas ao plano estrutural e conjuntural, transcendendo o prisma do setorial.

Na hipótese de se fazer uma análise a partir das propostas dos programas de educação rural, sugere-se que os problemas sejam vistos de dois ângulos: aspectos de conteúdo e aspectos metodológicos.

Os aspectos de conteúdo poderiam ser examinados, principalmente, a partir das consequências dos pressupostos de dominação cultural daquele que supostamente chega às áreas rurais para ensinar.

Dentro desta trama, as questões afloram.

a) Por que se fala de "escola rural" e nunca se pretendeu uma "escola urbana"?

b) Quando a educação e a cultura das populações rurais virão a ser conteúdos de ensino nas escolas das cidades?

c) Estarão os sistemas de organização das populações rurais carecendo de serem "ajustados" à base das instituições urbanas"?

d) O campo pediu à cidade a "reprodução" dos seus modelos?

e) Que proposta histórico-ideológica a escola e outros programas de educação pretendem levar às áreas rurais?

Os problemas metodológicos estão muito ligados ao desfi-  
guramento (ética da mudança); ao hábito de pensar que o nosso mo-  
do de fazer é o mais correto; à obstinação de que iremos intro-  
duzir "progresso", sem mesmo refletir sobre suas consequências;  
é ter modelos prontos e propô-los, sem calcular os riscos.

Uma observação feita à luz das indicações acima permite  
perceber algumas consequências:

a) Metodologias padronizadas para enquadrar populações  
rurais com valores, comportamentos heterogêneos.

b) Projetos formais, rígidos, repetitivos, sugerindo ape-  
nas inovações de rótulos e roupagens, apenas, mais bem acaba-  
dos.

c) "Consumação" das metodologias pelos patrocinadores e  
"promotores". Dá-se uma forma nova ao que se disse há alguns  
anos e passa-se em frente sem perguntar: Deu certo? Foi acei-  
to?

d) Descaso e ausência de criatividade face ao sucesso de  
experiências já realizadas, tendo em vista o aproveitamento de  
seus aspectos positivos, para a coerência na apresentação de no-  
vas propostas.

O estudo retrospectivo da Educação Rural no Brasil no  
seu primeiro Relatório reúne destaques suscintos sobre dezenas  
de programas e projetos implantados no Brasil. É um documento  
aberto, que incorporará outras informações que venham a ser  
obtidas. As indicações rápidas dessas iniciativas embora não  
ofereçam detalhes que permitam um conhecimento mais pormenori-  
zado de cada uma, oferecem os marcos - identificação das origens,  
objetivos, papéis dos programas e projetos que segundo a docu-  
mentação disponível situam-se como os de maior importância no  
período proposto para o estudo.

Vale a pena ressaltar que embora nesta fase de mapeamen-  
to das informações não se estivesse comprometido em descer a  
análises particularizadas, pôde-se observar alguns aspectos sig-  
nificativos que merecem registro.

a) As propostas apresentam explicitamente objetivos genéricos que incorporam diretrizes, declarações de intenções ou finalidades que se repetem de programa a programa. É provável que uma análise específica deste aspecto reflita o que todos reafirmam pretender:

- "promover o desenvolvimento de comunidades rurais";
- "integrar as populações rurais e torná-las participantes do desenvolvimento local regional e nacional";
- "suscitar a participação das populações no desenvolvimento integrado de seu meio";
- "tornar a educação um meio de ajudar as populações rurais a encontrarem os seus próprios caminhos".

b) É recorrente também a ênfase dada no Brasil às palavras participação, promoção, cooperação, integração e desenvolvimento, das populações. O conceito de participação, principalmente, aparece desfigurado, situado em níveis heterogêneos e sob os mais diferentes matizes.

c) Como fazer para saber se o que propomos hoje nos programas de educação rural são conteúdos, processos novos ou inovadores? Como evitar que as populações permaneçam recebendo os mesmos conteúdos, colocados em envólucros diferentes ou embalagens mais sofisticadas com o carimbo de "inovação".

d) A saída adequada estará no "NOVO"? ou em valores tradicionais inerentes às populações? Ou, possivelmente, esboçada em alguma proposta da própria "comunidade" perdida em nossa memória?

Há que se atentar para o risco que representa trabalhar levando-se em conta somente as experiências em realização no presente. Não caberia, em cada proposta o ver, o analisar, o avaliar, retrospectivamente, em profundidade?

A documentação identificada não indica ainda muito claramente de como se dão as descobertas\* nas atividades agropecuárias e a contribuição da educação nestas descobertas. Por outras palavras onde e quando o "saber não científico" das populações rurais representou uma contribuição à elaboração de tais projetos e programas.

e) Há também o problema dos papéis dos agentes que promovem o desenvolvimento integral do homem rural ou das populações rurais. Como se coloca a atuação dos "promotores" dos diferentes programas frente a seus próprios objetivos contrapostos às expectativas e necessidades das populações? Que critérios utilizam para que se adequem as suas propostas às diversidades das situações regionais?

f) Quanto aos que se envolvem diretamente no processo quais são os agentes propriamente ditos? Qual o nível de participação ativa dos "clientes", dos "usuários" ou "beneficiários" dos programas de educação, de promoção, para o desenvolvimento rural?

g) Há no processo um custo humano; um custo social. Quem saberia responder quanto custa a "promoção" das populações rurais? Quem paga por ela? Quem está se ressarcindo disto? Como?

---

\* Por descobertas entenda-se o conjunto de técnicas no próprio contexto pelos atores sociais do próprio meio. Mas, poder-se-ia também chamá-las de invenções, para deixar evidente seu caráter ativo. Em geral no "discurso culto", reserva-se o termo invenção ao produto de uma pesquisa ativa, racional e controlada, enquanto rotula-se de descoberta tudo que teria sido produzido passivamente ao sabor do acaso e portanto, sem controle. Trata-se de uma postura etnocêntrica segundo a qual nós inventamos, o outro descobre. Não obstante, inúmeras observações vêm demonstrando recentemente que há um saber não científico regido pelos principais ditos científicos da taxonomia, experimentação, observação e controle. (Ver Raça e História, de Claude Lévi-Strauss in Antropologia Estrutural II)

Em suma, o retrospecto histórico esboçado delineia um quadro que nos remete à busca de uma exploração mais persuasiva dos avanços e dos retrocessos de todas as tentativas educacionais formais ou não-formais, no meio rural, brasileiro nas últimas décadas. Há uma questão que permeia dramaticamente todo o retrospecto acima feito: como se pôde propor planos de ação educativa sem se atentar para mudanças estruturais na direção tomada pela sociedade onde estas experiências e os programas se efetivaram ou se efetivam?

Propor-se a entender os fracassos dos programas educativos no meio rural brasileiro é, em última análise, tentar relacionar a prática educacional no meio rural com a prática social mais ampla, determinada pela direção tomada pela sociedade brasileira. Mais especificamente, fazer a história das experiências educacionais no meio rural é inserir essas experiências num processo onde essa história se constitui como a história dos meios de produção.

---

NOTA: Este trabalho incorpora idéias dos documentos: 1) CALAZANS, Maria Julieta Costa. Participação de populações de áreas rurais no processo de planejamento de educação para o desenvolvimento rural integrado. In: REUNIÃO TÉCNICA SOBRE METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ÁREAS RURAIS, Brasília, 6-10 nov. 1978. Rio de Janeiro, IESAB, 1973. 2) ——. Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil. Rio de Janeiro, IESAB, 1979.